

# O TRABALHO EM SÃO PAULO E AS TERRAS DOS OUTROS

## MOBILIDADES E AUTONOMIA ENTRE TRABALHADORES-MIGRANTES<sup>1</sup>

ROSEMEIRE SALATA

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, em João Pessoa/PB.

**RESUMO** *Este artigo visa discutir o fenômeno da mobilidade em sua inter-relação com a construção de projetos de autonomia por trabalhadores migrantes. Para tanto, parte-se da reconstrução de trajetórias migratórias no município paulista de Santa Lúcia e de categorias nativas que colocam em oposição o trabalho nos canaviais de São Paulo e aquele realizado em terra familiar ou no regime de parceria nas localidades de origem. Destaca-se como a mobilidade está entrelaçada à possibilidade de superação tanto de esquemas de dominação tradicionais quanto de tensões internas aos próprios grupos domésticos de origem. Nesse contexto, emerge a construção de casas próprias pelos trabalhadores migrantes no município paulista, que passam a oferecer concretude a tais projetos.*

**PALAVRAS-CHAVE** *Mobilidades, Autonomia, Trabalhadores-Migrantes.*

**ABSTRACT** *This article intend discuss the mobility phenomenon in their interrelation with the construction of projects of autonomy for migrant workers. For this purpose, I start with the reconstruction of the migratory paths in the city of Santa Lucia – SP and the native categories that put in opposition the work in the cane fields of São Paulo and the work in the family lands or partnership arrangements at places of origin. It is highlighted how mobility is intertwined with the possibility of overcoming domination schemes and with the establishment of new families. In this context, emerges the construction of own houses in Santa Lucia that will offer concreteness to such projects.*

**KEYWORDS** *Mobilities, Autonomy, Migrant-Workers.*

## INTRODUÇÃO

São correntes nas literaturas sociológica e antropológica acerca das áreas rurais do Nordeste brasileiro análises que enfatizam a importância dos processos migratórios para a reprodução social de grupos camponeses, seja propriamente por meio da compra de terra e da conquista da condição camponesa (GARCIA JR., 1989), seja enquanto forma de manutenção ou melhoria das condições que possibilitam viver na e da terra na condição de pequenos proprietários ou rendeiros (MENEZES, 2009).

As práticas migratórias constituem uma experiência histórica para o campesinato nordestino, uma vez que perpassam gerações e estão presentes no cotidiano das famílias e em suas memórias (MENEZES, 2009). Nesse sentido, o conceito de práticas migratórias é aqui pensado em sua relação a um *habitus* de mobilidade presente entre os grupos camponeses (PAOLIELLO, 1999). Tal *habitus* constitui-se como expressão positiva da capacidade de reconstruir situações e redes de relações em condições objetivas adversas, mais do que fator causal de uma suposta sociabilidade esgarçada pelos deslocamentos. De tal modo, tais práticas são entendidas no sentido que lhes confere Bourdieu (2013), não se configurando nem como precipitados mecânicos de ditames estruturais, nem como resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos.

Trato, neste trabalho, de um “campesinato móvel”, que busca recursos econômicos em locais distantes das áreas rurais e povoados de origem e que compartilha de uma cultura migratória ou um de *ethos* local de migração, de acordo com o qual as *saídas*<sup>2</sup> para trabalhar alhures são partes constitutivas de suas trajetórias de vida e por meio das quais são (re)construídas suas condições de existência.

<sup>2</sup> As expressões e categorias nativas serão apresentadas neste trabalho em itálico. “*Sair*” é termo corrente entre camponeses de diversos estados (Nogueira, 2010; Woortmann, 1990) para referir-se aos seus deslocamentos geográficos em busca de trabalho em outras regiões. Nesse contexto tem sentido análogo à migração, ainda que não expresse migração definitiva.

Tendo em conta tanto a heterogeneidade dos grupos que são compreendidos como parte do que se convencionou chamar de campesinato no Brasil, quanto a noção de que um fluxo migratório desenvolve histórica e socialmente suas singularidades, discuto neste trabalho como as práticas migratórias estão relacionadas à busca de autonomia familiar por parte dos trabalhadores que as empreendem. A discussão é realizada principalmente seguindo a compreensão da categoria nativa *nas terras dos outros*, forma usual e abrangente que é constantemente mobilizada tanto para classificar o trabalho no regime de parceria nos locais de partida, quanto o trabalho realizado em terra de familiares ou parentes.

Para tanto, fundamento-me em pesquisa realizada com interlocutores residentes em Santa Lúcia, pequeno município paulista que está precariamente inserido na economia canavieira regional. Os dados apresentados foram extraídos de entrevistas, conversas informais e observações realizadas em um bairro específico, cujo nome é Nova Santa Lúcia, local de moradia da maioria dos trabalhadores que chegam de outros estados para o trabalho agrícola nas usinas. O contexto socioeconômico regional no qual se insere este trabalho remete às reconfigurações pelas quais tem passado o labor nos canaviais paulistas, especialmente aquelas da última década, e que têm efeitos sobre os fluxos migratórios, reorientando os deslocamentos laborais para o município.

Minha inserção enquanto pesquisadora nessa localidade, transformando-a em universo empírico de análise, se deu em meados do ano de 2014. Ministrando aulas no período noturno, assumi uma turma de Educação de Jovens de Adultos (EJA), composta em sua maioria por pessoas que não estão em idade escolar regular, geralmente homens e mulheres na faixa etária entre 30 e 45 anos de idade. Ao longo das aulas, tomei conhecimento de que alguns de meus alunos eram trabalhadores da usina localizada próxima ao pequeno município, e, desses,

alguns deles eram provenientes de outros estados brasileiros. É comum hoje a presença de trabalhadores das usinas em cursos supletivos, em que a carga horária e os conteúdos são adaptados de forma que, em um ano de estudos os alunos possam concluir duas séries. As exigências empresariais de aumento da escolaridade têm se refletido em maior procura por essa modalidade de ensino em Santa Lúcia.

Nesse contexto, construí maior proximidade com José Carlos, meu aluno à época, que acabou por se transformar em um mediador fundamental para a realização da pesquisa. Em uma de minhas primeiras visitas à cidade, conduziu-me ao bairro Nova Santa Lúcia, identificado por ele como o “bairro dos migrantes”, visto que constituía o local de moradia da maior parte daqueles que vinham de outros estados; desde então, voltei o olhar para essa localidade. Como a maioria das entrevistas realizadas no local foi mediada por José Carlos, o que se apresenta neste trabalho é um reflexo das redes sociais nas quais ele próprio está inserido.

É conhecida a importância das redes sociais nos processos migratórios, seja como formas de realização dos deslocamentos e de ajuda mútua, seja como conceito que permite a compreensão da estrutura social como uma estrutura de relações. Neste trabalho, as redes assumem, sobretudo, o caráter de importante ferramenta metodológica, uma vez que possibilitam operar entre os níveis da estrutura e da ação social. Conforme indica Paoliello (2007), a análise de redes não se constitui como teoria formal, que postula leis e correlações, mas apresenta-se, sobretudo, como estratégia para investigar os nexos entre estrutura e organização social.

Por tratar de redes, assim, este trabalho está imbuído de uma perspectiva metodológica acerca das migrações que visa situar-se desde o ponto de vista dos agentes. Busquei, partindo dos valores e representações internas desse grupo, considerar e enfatizar a capacidade dos migrantes de circular, construir e apropriar-se de espaços, e seus papéis como atores responsáveis

pelo funcionamento da migração, como arquitetos de um mundo vivo que se reconstrói a cada dia.

### VIR PARA SÃO PAULO<sup>3</sup>: TRAJETOS MIGRATÓRIOS E NOVOS NÚCLEOS FAMILIARES

José Carlos: Sabe, é aquele negócio, vai pra São Paulo!  
[risos]Wagno: “Vai pra onde, meu filho?” “Tô indo pra São Paulo, mainha!” [risos]  
José Carlos: Aquela ansiedade! [risos]  
Wagno: Lá se ouve muito dizer, fulana, menina, “seu filho tá pra onde?” “Meu filho tá pra São Paulo!” [risos].

De Coelho Neto, no Maranhão, José Carlos *saiu* pela primeira vez com apenas 16 anos, acompanhado de alguns colegas que já haviam *saiído* antes dele. Passou seis meses na cidade de Altamira, no Pará, onde trabalhou no corte de cana-de-açúcar. Depois foi ao estado de Mato Grosso, na sequência voltou ao Maranhão, dessa vez para a cidade de Presidente Dutra, e, tempos depois em Gonçalves Dias, no mesmo estado, casou-se e foi com a esposa morar nas terras que pertenciam ao sogro.

Conta que saiu tão cedo da cidade natal porque não queria trilhar o mesmo caminho dos pais e trabalhar *nas terras dos outros*. Disse que “morar no emprego não é bom, a gente trabalha muito, de segunda a segunda” referindo-se às relações de moradia na produção de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro. Aqui por *São Paulo*, ele já “rodou” bastante também. Passou pelas usinas Tamoio, Zanin, Santa Fé, todas localizadas na região central do estado, e finalmente empregou-se em usina próxima ao município de Santa Lúcia, onde trabalhou como cortador manual de cana-de-açúcar como *definitivo*<sup>4</sup> nos últimos sete anos. Em meados de 2015, devido ao encerramento das turmas de trabalho manual do corte da cana, foi remanejado para outra área, trabalhando desde então numa atividade denominada *rastelo*.

<sup>3</sup> *São Paulo* é a forma pela qual os entrevistados referem-se a todas as cidades do estado, incluindo-se a capital paulista. Apresenta significado próximo ao termo *Sul* verificado por Garcia Jr. (1989).

<sup>4</sup> *Trabalhar definitivo* é a expressão usada pelos trabalhadores para se referirem à mudança na forma de contratação pela empresa: de trabalhadores temporários ou safristas para trabalhadores por tempo indeterminado.

Reside com sua família, composta por esposa e mais seis filhos, em um imóvel alugado no bairro central do município de Santa Lúcia há 14 anos. Foi candidato a vereador na cidade nas últimas eleições, pois achava justo que houvesse em Santa Lúcia algum “representante dos maranhenses”. O projeto de construção de moradias populares de um dos candidatos a prefeito lhe pareceu positivo, o que o fez apoiar o candidato.

Wagno, que durante os últimos anos trabalhava na mesma turma de José Carlos e cuja família era proprietária de terras em Gonçalves Dias, no Maranhão, iniciou sua trajetória de migrações no ano de 2001, quando veio a Santa Lúcia para trabalhar no corte manual de cana. Hoje trabalha na mesma usina, na área de topografia. Até o ano de 2005, permaneceu fazendo idas e vindas entre as cidades, *fazendo as safras*. Em 2006, empregou-se também com contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Luziane, sua esposa, o acompanhou conforme as safras que fazia. No Maranhão, Wagno comprou uma casa com os rendimentos adquiridos a partir do corte da cana. Quando de sua contratação por tempo indeterminado na usina, se desfez da casa comprada no Maranhão para poder investir na compra de um terreno e na construção de sua nova moradia no Nova Santa Lúcia, onde hoje reside com a esposa e mais três filhas.

Antes de sair de sua localidade de origem, morava com a mãe e uma tia materna e trabalhava nas terras da família, que a avó havia deixado como herança. Conta que os 75 hectares eram utilizados para plantações e também *alugados* para outras pessoas. Após sua primeira *saída* para o trabalho em *São Paulo*, a terra foi vendida pelas tias sem comunicação prévia, o que hoje o faz rejeitar a ideia de um retorno ao local de partida, tendo em vista que teria de trabalhar *nas terras dos outros*, arcando com os indesejáveis pagamentos de renda pelo uso da terra.

Os trajetos migratórios de José Carlos e Wagno inserem-se no longo histórico de deslocamentos das áreas rurais nordestinas

para pontos distantes, condicionados pelas dificuldades econômicas que parceiros e pequenos proprietários de terras enfrentam em suas localidades. A ansiedade da qual fala José Carlos em seu diálogo com Wagno oferece a dimensão de como *São Paulo* está presente no imaginário social desses grupos como local de progresso, de evolução, de uma possível melhoria em suas condições de vida. São traços de uma cultura migratória semelhantes aos que conformaram os deslocamentos de nordestinos para a capital paulista desde idos dos anos 1950. A vinda para *São Paulo* congrega, assim, uma diversidade de projetos e expectativas de obtenção de uma condição de vida melhor, sendo percebida como alternativa para contornar a escassez dos rendimentos obtidos.

Desde a década de 1990, os municípios que estão inseridos na economia canavieira do estado de São Paulo constituem-se enquanto destino de trabalhadores que, oriundos de diversos estados da região nordeste brasileira, dirigem-se para o trabalho agrícola nas usinas. Vivendo em alojamentos ou em pequenas casas alugadas nos bairros periféricos das cidades paulistas, esses trabalhadores tinham seus movimentos migratórios regulados pelo tempo da colheita da cana-de-açúcar.

Conforme se comenta na cidade, apesar da presença de trabalhadores de outros estados, Santa Lúcia nem se compara ao que era há alguns anos. Hoje, na época das festas de fim de ano, é difícil lotar um ônibus que parta para os estados da região nordeste. Há alguns anos, eram muitos ônibus chegando e partindo, muita gente na rua, carros de som contratados pelas usinas anunciando vagas de emprego.

As reconfigurações laborais pelas quais passou o trabalho nos canaviais desde o início dos anos 2000 ensejaram mudanças significativas no que toca aos deslocamentos. A redução do número de trabalhadores contratados ocorreu em função da introdução de tecnologias que poupam mão de obra – especialmente aquela empregada na colheita manual da cana

– processo agora amplamente realizado por colheitadeiras. As trocas e os remanejamentos de funções são uma constante no cotidiano de trabalho, e as mudanças nas formas de contratação também condicionam os trabalhadores a um tempo de permanência maior nos municípios paulistas que aquele costumeiro dos “meses da safra”.

Contudo, apesar desse cenário de trabalho reconfigurado, as expectativas de “melhorar de vida” (DURHAM, 2011; MACIEL, 2013) continuam orientando os deslocamentos, e, nesse contexto específico, é predominante a presença de migrantes não proprietários de terra, ainda que em menor número também se verifique a vinda de trabalhadores cujos grupos domésticos de origem possuem ou possuíam terra em suas localidades.

Assim, um primeiro ponto a ser destacado na relação entre os deslocamentos e as estratégias de reprodução camponesa é que, se as *saídas* para o trabalho em *São Paulo* são expressões das formas como é pensada a reprodução da família na terra, elas também têm implicações sobre essa dinâmica. Por um lado, a posse ou propriedade da terra pode indicar uma referência de fixação, mas por outro, ter direitos na terra depende de investimentos que são feitos na manutenção das relações com os parentes. Os deslocamentos aparecem então tanto impulsionados quanto reorganizadores dos arranjos locais de parentesco e das relações com a terra,

Minhas tias tudinho venderam, não tem mais nada. Aí, eu fiquei tipo assim, como eu sou registrado como filho da vó mesmo, da minha vó, eu tinha direito, elas venderam quando eu vim pra cá em 2001. Quando eu cheguei lá, elas tinham vendido e não me deram nada. Então eu fui com o dinheiro, aliás, quando eu fui pra lá eu fui com o dinheiro, eu fui com a intenção de comprar a terra, de comprar a parte dos outros, mas aí não deu certo. Quando eu cheguei lá, já tinham vendido. Aí eu comprei a casa. Então, quando



eu vim pra cá, eu não vim com a intenção, só que eu soube que iam vender. Eles iam vender, mas eu não sabia; aí depois falaram que iam vender. Aí eu pensei: “quando eu chegar lá eu compro a parte das outras tudo”. Aí eu trabalhei, não saí, economizei bastante pra chegar lá com dinheiro suficiente. E eu cheguei com dinheiro que dava pra comprar, mas quando cheguei lá já tinham vendido (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, março de 2015).

Lá eu trabalhava mais meu pai, porque meu vô tem muita terra, mas ele já tá véinho; aí um dia ele pode morrer, aí vende tudo e eu fico desempregado de novo. As terras dele fica longe da cidade, longe mesmo. Aí tinha que ter ou um jumento ou uma bicicleta pra você ir montado; passava, mais ou menos, umas quatro horas pra chegar. Aí trabalhei no interior que era onde o marido da minha sogra hoje trabalha; aí era mais perto, ficou mais perto um pouco, mas era longe também. Eu não sei, rapaz. Essas coisas da gente, de herança, eu não sei. Meu pai é daqueles mais grossão, aí não sei. Sei que as terras dele é muita, é muita terra mesmo, mas já tá véinho, aí um dia ele pode falecer e fica difícil do mesmo jeito pra mim. Então acho que pra mim é melhor ficar pra cá, né? (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, março de 2015).

Verifica-se assim que, se os deslocamentos podem estar associados à possibilidade de reprodução de uma condição camponesa, eles são mais que apenas deslocamentos no espaço realizados dentro de uma “ordem moral rígida”, que associaria permanentemente os valores éticos que conformam uma “campesinidade”, conforme propôs Woortmann (1990a)<sup>5</sup>. São também movimentações no universo social, uma vez que inserem seus agentes em outras relações sociais que podem redirecionar expectativas e projetos.

Nota-se, a partir das narrativas, que os indivíduos não operam o tempo todo imbuídos de uma perspectiva de

<sup>5</sup> O autor em questão entende por campesinidade uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos, compondo uma ética que se faz presente no universo simbólico de camponeses, onde terra, trabalho, família e liberdade são valores morais que estão em estreita relação. No entanto, Woortmann (1990a) também chama a atenção para a necessidade de não se esquecer, sob o risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos, e que as situações empíricas observadas podem ser ambíguas.

reprodução do patrimônio familiar, mas pensam também a partir de suas necessidades de reprodução social. A família camponesa comporta tensões, com o acesso à terra podendo ser concretizado no interior da família pela via mercantil, no primeiro caso, ou pela necessidade de lançar mão de outras estratégias não atreladas ao recebimento da herança, visto que sua incerteza coloca em cena a possibilidade do *desemprego*, fonte de tensão e de certa desarmonia no interior da família, como pude notar no segundo exemplo.

Os deslocamentos abarcam, ainda, outros elementos que cumprem significados em uma ordem simbólica, especialmente aqueles relacionados à possibilidade de obter recursos para sustentar uma nova casa, ou seja, um novo núcleo familiar. Assim, mesmo em contextos em que os grupos domésticos são pequenos proprietários de terra, os deslocamentos assumem papel essencial na construção do acesso ao mercado de trabalho e aos rendimentos provenientes do trabalho assalariado, que são valorizados enquanto forma de conquista de estabilidade.

Ah, tipo assim, pra você fazer uma casa boa, pra você comprar um carro, cê vai comprar um móvel à prestação cê não tem com que fazer uma prestação porque não tem de onde cê tirar. Se você trabalhar, vamos supor, duas semanas, três semana boa, mas na outra semana cê já não tem... Eu tenho um serviço fixo aqui. Aqui você, tipo assim, eu chego o final do mês eu sei da onde eu vou tirar, lá eu chego o final do mês eu não sei da onde eu vou tirar (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, março de 2015).

A aquisição da casa própria aparece como elemento de destaque na conformação dos projetos migratórios aqui apresentados, já que se casar, construir uma casa ou melhorar a já existente, acessar bens de consumo destinados ao conforto e à melhoria do ambiente doméstico, além do cuidado com

os filhos, assumem centralidade em seus projetos de vida. Por conseguinte, compreende-se a valorização do emprego e dos rendimentos estáveis obtidos com o trabalho assalariado na região por parte desses agentes, já que lhes possibilitam, em alguma medida, a concretização de tais projetos. A construção de casas de moradia é fenômeno comum a outras experiências migratórias e já identificado também por outros pesquisadores (DURHAM, 1979; MACHADO, 2009; LOBO, 2006; NOGUEIRA, 2010).

A construção de casas adquire centralidade em seus projetos de vida e associa os deslocamentos à construção de autonomia em relação aos grupos domésticos de origem, afirmando o modelo da família conjugal. Em termos muito próximos àqueles propostos por Lanna (1995), verifica-se a construção de uma diferenciação dentro das famílias extensas, já que ao se agir como bom provedor para sua família nuclear alcança-se a autonomia, diferenciando-se dos irmãos, por exemplo, sendo melhor marido, provendo melhor os filhos e a esposa.

Se a casa pode ser, para alguns, aquela real ou projetada em seus locais de origem, significando o lugar material e simbólico constituído por familiares que lá foram deixados e para o qual se deseja voltar, no contexto aqui apresentado, a constituição da casa é fundamental, tanto no sentido físico, de habitação, quanto na relação moral. A casa garante a sustentação da centralidade das relações dos novos casais, como também garante a possibilidade de casamento para os mais jovens, simbolizando a maturidade e a constituição de uma unidade familiar autônoma.

## **O PÉ VERMELHO: UM BAIRRO E SUAS REDES**

Para aqueles que têm origens rurais, a denominação *Pé Vermelho*, forma pela qual o Nova Santa Lúcia é localmente identificado, é imediatamente compreensível. Trata-se da

situação dos pés dos moradores do bairro em dias de chuva, visto que, há alguns anos, suas ruas não possuíam pavimentação, desvelando a ausência de infraestrutura local, como é comum a muitos bairros periféricos.

A configuração espacial de Santa Lúcia não difere daquela encontrada em outros municípios que recebem consideráveis fluxos migratórios, com a formação de bairros que concentram a população que vem *de fora*. Outras cidades do interior paulista apresentam essa mesma configuração espacial, como é o caso do Bairro Alto na cidade de Guariba (VETORASSI, 2006), o Cruzado, na cidade de Ibaté, (MELLO, 2008), ou mesmo o conhecido bairro de São Miguel Paulista, na capital São Paulo (FONTES, 2004). Entendo a conformação desses bairros periféricos não apenas como reflexo das relações de poder que permeiam o espaço, sinônimos de uma inserção precária ou marginal dessa população, mas como processo que reflete as próprias redes de relações sociais em que estão envolvidos os agentes para realização de seus deslocamentos, conforme já apontara o clássico estudo de Durham (1979). Nesse sentido, a formação desses bairros constituem processos de apropriação dos espaços, que os carregam com as marcas do vivido. Trata-se da construção de territórios, aqui entendidos não apenas como locais onde se trabalha, mas como espaços onde se vive e se tecem relações<sup>6</sup>. Tal apropriação, por certo, não se faz passando ao largo de relações de poder que permeiam esse espaço, tampouco, quando se trata de uma construção feita a partir de trajetórias e experiências de mobilidade espacial, distante de redes de relações que são tecidas antes, durante e após os processos migratórios.

O pequeno município de Santa Lúcia tem 8.415 habitantes (IBGE, 2014). Criado em 1910, o distrito obteve em 1959 sua emancipação política em relação à Araraquara e está localizado na região central do estado de São Paulo. Essa região teve um afluxo crescente de expressivos contingentes migratórios a partir da década de 1970, em função do processo de interiorização da

<sup>6</sup> Compreendo esse processo em um sentido muito próximo daquele apontado por Haesbaert (2007) que, amparando-se em Lefebvre (1986), distingue apropriação de dominação do espaço. Apropriação, no sentido que lhe conferem esses autores, distingue-se de propriedade e está relacionada ao tempo dos usuários, sempre diverso e complexo, diferentemente da dominação, que se relaciona à lógica hegemônica do poder, produzindo política e economicamente espaços e territórios e tornando-os uni-funcionais.

indústria paulista com o direcionamento de fortes incentivos governamentais para a implantação de complexos agro-industriais no interior (BAENINGER; MACIEL, 2013). Pode-se observar pela imagem abaixo sua localização em meio a vastas extensões de terra que estão recobertas por canaviais. O bairro Nova Santa Lúcia, em destaque, localiza-se entre a linha férrea que corta o município e a rodovia Aldo Lupo (SP 255), que dá acesso às cidades vizinhas, como Araraquara, Rincão e Ribeirão Preto.

Figura 1 – Santa Lúcia e a localização do bairro Nova Santa Lúcia.



Fonte: Google Earth. Disponível em: [www.earth.google.com](http://www.earth.google.com). Acesso em 15 nov. 2015.

De acordo com dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) situava, no ano de 2012, o município no grupo 4, o que caracteriza níveis de riqueza e escolaridade baixos. O setor de serviços é o maior responsável pelo número de empregos formais gerados (59,23%); em seguida, o comércio (15,38%), a agropecuária (14,31%) e, por último, a indústria, gerando apenas 6,31% dos empregos formais<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Dados disponíveis em: [www.imp.seade.gov.br](http://www.imp.seade.gov.br). Acesso em: 12 nov. 2015.

Santa Lúcia tem características como as da periferia da cidade de Araraquara, situada a 20 quilômetros, e para lá partem muitos ônibus da cidade todos os dias. Os deslocamentos entre as localidades se dão principalmente pela falta de muitos serviços no pequeno município, como educação, saúde, comércio e diversão para os mais jovens.

São inúmeros os pequenos estabelecimentos que comercializam variedades, geralmente produtos de baixo valor, destinados ao ambiente doméstico, artigos de vestuário e alimentação. Não há grandes redes de supermercado e drogarias, o cartão de crédito/débito não é utilizado em todos os estabelecimentos e a rede bancária conta com apenas uma agência. Não há hospital local, somente postos de saúde. Só existe uma escola de ensino médio e não há oferta de cursos profissionalizantes, muito procurados pelos mais jovens. Tais aspectos caracterizam uma urbanização deficitária no município e conformam um cenário de precariedade de alguns serviços para a população de Santa Lúcia. São poucas as festividades locais e a mais importante delas é a feira agropecuária anual, em que há exposição de animais e alguns shows musicais, normalmente de duplas sertanejas regionais. Não há livrarias, bancas de revistas, cinemas ou outras atividades culturais disponíveis. Tais aspectos parecem impor alguns limites para que a vida ali possa ser entendida como uma verdadeira experiência urbana e a trama espacial e social (WANDERLEY, 2001) desse pequeno município faz entrecruzarem-se dimensões que são características tanto dos espaços rurais quanto dos urbanos.

No que toca especificamente ao Nova Santa Lúcia, o bairro é localmente identificado como o “lugar dos maranhenses”, e é comum entre os trabalhadores migrantes considerar que ali se está *em casa*. Ao circular pelas ruas do bairro e conversar com as pessoas no local, foi recorrente ouvir que existem mais maranhenses no *Pé Vermelho* que no próprio Maranhão. O município de Gonçalves Dias<sup>8</sup> é o local de origem da maioria dos que ali residem.

<sup>8</sup> O município de Gonçalves Dias localiza-se na região dos cocais no estado do Maranhão e está a 340 km da capital São Luís. De acordo com os dados do censo do IBGE de 2010, tem uma população de 17.485 habitantes, dos quais 9.707 vivem na zona rural. Possui 112 povoados, ou *interiores*, conforme a linguagem local, de onde parte a maioria de nossos interlocutores.

Aos domingos e feriados, o bairro tem suas ruas bastante movimentadas por pessoas que circulam a pé, em bicicletas ou carros, o que contrasta com a calmaria do restante da cidade. Pode-se observar que o bairro possui certa autonomia em relação à cidade, uma vez que o comércio e os serviços no local são razoavelmente bem desenvolvidos. Existem ali oficinas mecânicas, lojas de materiais de construção, serviços de marcenaria e serralheria, pequenos mercados, mercearias que comercializam inúmeros produtos para casa e alimentação, lojas de artigos para festas, distribuidora de bebidas, lojas de roupas e salões de beleza. O bairro possui também um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental e várias igrejas neopentecostais.

Nas calçadas das casas é comum aglutinarem-se vizinhos que compartilham cervejas; os carros estacionados reproduzem em som alto o forró eletrônico. As mulheres se encontram com vizinhas e sentam-se também à porta das casas, onde muitas crianças brincam, utilizando a rua para jogos de futebol. Chama a atenção a quantidade de pequenos bares e mercearias, que permanecem abertos o dia todo. Certa vez ouvi de um morador local que “o verdadeiro centro da cidade é o *Pé Vermelho*”. Ali se desenvolve uma sociabilidade marcada pelo amplo conhecimento entre os moradores.

É nesse bairro que, em sua maioria, nossos interlocutores constroem suas casas. O primeiro elemento a ser considerado para que o local seja escolhido para a construção de moradias é o custo baixo dos terrenos há alguns anos, principalmente no início dos anos 2000, realidade que vem se transformando nos últimos anos. Como em muitos bairros periféricos, é comum a compra de terrenos e sua posterior divisão em meios-lotes, de modo que em um mesmo terreno sejam construídas duas casas. A segunda motivação são as redes de relações tecidas durante o processo migratório. Quando da chegada à cidade pela primeira vez, muitos trabalhadores residiam em pequenas casas

alugadas no bairro com outros companheiros de trabalho que já estavam ali estabelecidos. No caso de Maria, por exemplo, o aluguel de uma casa no bairro se deu após o marido, que trabalhava como pedreiro, vir ao bairro para auxiliar na construção da casa de um contêrrâneo.

Desse modo, as redes sociais construídas direcionam os trabalhadores para o município, e para esse bairro em específico. O caso de Manoel é emblemático ao descrever sobre sua chegada e o estranhamento e a desconfiança dos proprietários de imóveis para alugar na cidade, solicitando que o trabalhador pagasse metade do valor do aluguel adiantado. Para cumprir com o pagamento devido da metade restante do aluguel que acordara com o proprietário do imóvel, Manoel iria realizar a venda de uma moto, por intermédio de sua esposa, que à época ficara no Maranhão. As redes, contudo, ajudaram-no a conseguir rapidamente um trabalho, o que tornou desnecessária a venda daquele bem. O dinheiro para o pagamento do aluguel só foi despendido naquele momento porque a ajuda de conhecidos que já estavam estabelecidos na cidade e trabalhando nas usinas era tida como certa. Em situações de insegurança laboral, característica marcante desse contexto atual de trabalho nos canaviais, tais redes continuam a cumprir um importante papel na busca por novos empregos.

Minha conversa com Maria se deu em um momento em que o desmanche de sua turma no corte manual já havia sido anunciado, e ela ainda não lograra uma nova colocação na usina, mesmo após ter investido em diversas estratégias educacionais. A possibilidade de conseguir nova colocação no mercado de trabalho passava pelas relações com sua *comadre*, que estava empregada em uma fábrica no município vizinho, Américo Brasiliense, e que poderia lhe facilitar a entrada no novo emprego.

Outro trabalhador, também em um momento de insegurança em relação a sua permanência na usina, aponta os irmãos estabelecidos em outra cidade como mediadores para uma possível reinserção laboral,



Olha, eu tenho uns irmãos lá pros lado de Cordeirópolis, eles trabalha numa fábrica lá, de cerâmica. Aí, como meu estudo é pouco e eles já trabalha lá dentro, tem um lá que já trabalha tem uns dois anos, eles falaram: “se acabar aí, cê pode vir pra cá que nós te encaixa aqui”. Tenho três irmãos que trabalha lá (entrevista realizada no Nova Santa Lúcia, março de 2015).

Como já fora apontado por muitos estudiosos dos processos migratórios, os deslocamentos não são realizados de maneira isolada, individualmente (MENEZES; GODOI, 2011). Antes, inserem-se em redes sociais que facilitam e direcionam a movimentação, auxiliam no estabelecimento e na apropriação dos espaços e são importantes à medida que se pode a elas recorrer para troca de *favores e ajuda*. As redes perfazem esse importante papel nos processos migratórios e ao mesmo tempo são atualizadas e/ou ampliadas conforme os deslocamentos, além de serem acionadas para a obtenção de informações sobre trabalho e, conforme apontado, possivelmente constituem o caminho para uma nova inserção laboral, por meio de indicação pessoal nas empresas.

#### REDES, “ENTRE LUGARES” E ESPAÇOS DE VIDA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Diversos são os estudos a informar que, apesar dos deslocamentos, há uma ressignificação constante de práticas e modos de vida que são construídos em referência aos lugares de origem e em conexão com os novos espaços sociais nos quais os migrantes inserem-se (DURHAM, 1979; MENEZES, 2002; NOGUEIRA, 2010).

Mais que realidades ou lógicas opostas, portanto, há a tessitura de redes que permitem o fluxo e o diálogo constantes entre mundos, “entre lugares” laborais, culturais, espaciais

e identitários. Ouvir que “existe mais maranhenses em Santa Lúcia que no próprio Maranhão” nos dá a dimensão da importância das redes tanto para o estabelecimento no local – incluindo acesso ao trabalho – quanto para sentimentos de pertencimento à localidade na qual se vive.

Estou bem aqui, mas a pessoa nunca diz que não volta mais. Mas isso é mais por causa dos parentes que ficam lá mesmo. Desde 2011, não vejo meu pai. Mas por enquanto não vou voltar mais pra lá não. Eu mandava dinheiro pra lá enquanto eles (esposa e filhos) não estavam aqui, mas era mais pra sobrevivência mesmo, eu nunca pensei em investir em coisa lá. Minha mulher agora não quer voltar pra lá de jeito nenhum também. Às vezes, falo assim brincando com ela, “bora voltar pro Maranhão?” Ela faz que não. Gosta muito daqui. Eu também gosto, pra falar verdade aqui eu me sinto em casa (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, fevereiro de 2015).

Eu gosto muito daqui, gosto da cidade, porque trabalho, serviço tem. Eu conheço muita gente aqui também, tanto de lá como daqui mesmo, que eu fiquei conhecendo. Já tem dois filhos casados que eu sei, se eu voltar pra lá, eles não vão voltar comigo também, porque as mulher não vai querer ir, que uma é daqui, a outra é do Maranhão. Mas eu não tenho vontade não de ir embora pra lá. Daqui pra trás, não (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, março de 2015).

Nota-se assim que fatores sócio-afetivos e familiares compõem parte significativa dos projetos migratórios, tanto no que diz respeito à primeira iniciativa de saída, quanto às considerações sobre a volta. Ou seja, os laços de parentesco e casamento construídos entre os locais de partida e de chegada são fatores fundamentais para as dinâmicas internas ao grupo

e organizam as decisões de *sair* ou retornar. A centralidade da família organiza os “investimentos” e, por vezes, coloca em cena a possibilidade do “retorno”,

Aí nós comprou os terrenos lá pra caso nós retornasse pra lá. Porque o pai dele tava doente. Tava com hanseníase, né? Meu sogro. Aí ele falou, “Lôra, esse negócio de nós tá pro meio do mundo não dá certo, não. Teu pai já tá doente, mãe tá com diabete...”, a mãe dele, né? Mas aí os velho sarou. Aí ele disse, vamos ajeitar e construir aqui. Graças a Deus, os velhos tá bem hoje, então nós vamo ficar por aqui.

Há casos de trabalhadores que também cogitam um retorno aos locais de partida por conta de sua inserção na política local. Por ter vinculação partidária em sua cidade, Francinaldo foi chamado na última eleição municipal para trabalhar como cabo eleitoral para o candidato de seu partido a prefeito, mas em função da incerteza da vitória, decidiu permanecer em São Paulo<sup>9</sup>.

Nota-se assim, conforme apontam muitos estudiosos dos processos migratórios, a existência de um processo social no qual os migrantes estabelecem campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas (ALMEIDA; BAENINGER, 2013), já que as tomadas de decisão e os sentimentos de preocupação são gerados dentro um campo de relações sociais que aproximam simbolicamente os locais de partida e de chegada.

Parece-me, portanto, que resta pouco esclarecedor trabalhar com categorias classificatórias dos processos migratórios que levem em conta apenas perspectivas estritamente demográficas ou temporais na definição das migrações. O próprio conceito de migração, nesse sentido, comporta uma fixidez em demasia quando se trata de caracterizar realidades que se aproximam muito mais de processos de circulação e de movimentação entre espaços sociais diferenciados.

<sup>9</sup> Nas cidades de origem da maioria dos trabalhadores, o emprego público constitui uma das poucas possibilidades que têm de melhorarem sua condição de vida. A inserção na política, assim, é uma estratégia utilizada para acessar os empregos e cargos junto às prefeituras. A participação nos sindicatos locais também aparece como estratégia para a estabilidade no emprego e a construção de *influência* nas localidades.

As dificuldades em definir o lugar de residência de um indivíduo, já que este depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, lugar que nem sempre coincide com aquele de residência (BAENINGER, 2013) ilustram o que discuto aqui. Desse modo, é conveniente tratar esses deslocamentos a partir da chave analítica da mobilidade (MENEZES, 2012), conceito que se apresentaria como menos rígido que a categoria de migração e, assim, mais adequado à dinâmica que pude observar a partir das trajetórias de vida. Também convém a essa perspectiva a análise dos espaços de vida, que englobam não apenas lugares de passagem e de permanência, mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo de forma não presencial (COURGEAU, 1988, apud BAENINGER, 2013).

Destarte, seguindo os caminhos abertos por essa maneira de conceber os deslocamentos, pude perceber que os espaços de vida desses trabalhadores extrapolam os limites do município paulista onde hoje residem, uma vez que abrangem os espaços de partida especialmente no que diz respeito a suas relações de parentesco. No entanto, a presença de parentes e conhecidos são também elos que fortalecem os sentimentos de pertencimento nos locais de chegada. Não se pode desconsiderar ainda que a construção de casas de moradia em terra paulista representa um projeto, ainda que aberto e inconcluso, de permanecer em *São Paulo*. Como dito anteriormente, o retorno não figura como vontade ou necessidade para a maioria dos entrevistados, ao contrário, é percebido apenas como último recurso, caso não logrem se inserir no mercado de trabalho regional. As percepções sobre um possível retorno também associam o lugar de partida ao tempo do descanso, que é projetado em relação ao momento de aposentadoria destes trabalhadores.

Faz-se importante ainda destacar que os sentimentos de pertencimento não se relacionam apenas a laços de parentesco, compadrio ou amizade, mas passam também pela razão central

que orienta esses deslocamentos: a possibilidade de encontrar trabalho e prover a sustentação dos novos núcleos familiares. Dito de outro modo, o sentimento de apropriação espacial também é gerado de acordo com a percepção de uma melhoria de vida. São Paulo é tido assim, como um lugar que, a despeito do trabalho árduo, oferece suas contrapartidas. Ademais, lugares de partida e de chegada não são pensados como espaços dicotômicos, apartados. Há uma proximidade simbólica entre Santa Lúcia e os vários pontos de origem de onde partem os trabalhadores, que se manifesta na maneira pela qual essas pessoas se referem a essas localidades, ao fluxo de informações sempre atualizado que circula sobre seus familiares e sobre a vida nesses lugares, conformando um sentimento de continuidade territorial. É comum, nesse contexto, que as relações sejam mantidas com os locais de partida por telefonemas, que são feitos por celulares semanalmente. Em menor medida, algumas redes virtuais, tais como o *facebook*, também são utilizadas e auxiliam na construção de uma “proximidade à distância” (LOBO, 2006), uma vez que atualizam os trabalhadores sobre os acontecimentos ligados aos familiares, às suas localidades e ao contexto político local, com o qual alguns mantêm vínculos<sup>10</sup>.

As remessas em dinheiro não deixam de ser enviadas, ainda que não sejam constantes e regulares. Seu caráter é fundamentalmente de *ajuda* em momentos de necessidade dos familiares, seja em situação de doenças, seja para arcar com o pagamento de pequenas dívidas e/ou prestações com os quais os familiares não conseguiram cumprir. Desse modo, ao menos no plano das condições materiais de existência, tais práticas migratórias não se relacionam a manutenção ou reprodução de uma estratégia de vida camponesa. No entanto, os espaços de vida desses trabalhadores são marcados pela inserção em

<sup>10</sup> As visitas aos familiares no período das férias anuais, normalmente nos meses de dezembro e janeiro, são feitas em menor medida, devido aos altos custos, especialmente quando o novo núcleo familiar é numeroso e está envolvido no projeto de construção da casa própria. A vinda dos parentes em outras épocas do ano é mais comum, uma vez que o trabalho nas localidades de partida é marcado por outra temporalidade.

grupos de parentesco, de amizade e de trabalho que incluem o bairro do município paulista no qual residem, mas suas vidas e projetos caracterizam-se, sobretudo, pelo envolvimento simultâneo com os locais de partida e de chegada, marcando uma vida construída “entre lugares”.

### **AS TERRAS DOS OUTROS E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA**

As práticas migratórias representam estratégias de longo alcance de diversos grupos na busca de recursos econômicos, sendo essa a causa explicativa mais comumente mobilizada para caracterizá-las. Conforme apontei anteriormente, a busca desses recursos não se esgota, contudo, nesse aspecto, encerrando outros significados.

Partindo da compreensão da categoria nativa *nas terras dos outros*, é possível perceber como essas práticas configuram-se também enquanto tentativas de afastamento de esquemas de dominação e de subordinação tradicionais presentes em suas localidades. Em etnografia sobre a troca de dádivas realizada no Nordeste brasileiro, Marcos Lanna (1995) aponta para a centralidade da figura do patrão nas trocas e para o caráter hierárquico de sua autoridade. Conforme esse autor, em um contexto em que o controle da terra é exercido por poucos e há uma força de trabalho numerosa, os trabalhadores sofrem uma dupla exploração, assentada na superposição de assimetrias capitalistas e não capitalistas, ou seja, o caráter dessa exploração está fundado tanto na dominação de classe, quanto em traços hierárquicos. Assim, tanto a morada quanto a parceria no nordeste brasileiro podem ser compreendidas a partir do que autor chama de “reciprocidade hierárquica”, ou seja, um sistema de trocas e dádivas de caráter estrutural e que amarra moradores, produtores independentes e parceiros a mecanismos de dependência a um patrão.

Compreendo, assim, as práticas migratórias como tentativas de distanciamento de tais relações e de construção de autonomia, especialmente no que toca à tentativa de superar tais esquemas de dominação por meio da inserção no mercado de trabalho, que é percebido como espaço de maior liberdade. Lanna (1995) também chama atenção para o significado do acesso ao mercado pela ótica dos valores e da cultura, apontando como esse espaço é compreendido como reservado para os patrões, carregando, portanto, um ideal de autonomia.

Ah, aqui é melhor. Assim, você lá nunca podia planejar nada contando com o dinheiro de lá porque não era trabalho fixo, com carteira assinada, essas coisas; não tinha certeza de nada. Lá você trabalha na terra dos outros, só trabalha naquilo que é dos outros, não naquilo que é seu.

Aí, então, vou pra lá e trabalhar nas terras dos outros? Vou ter que pagar renda, pagar tudo, então; aqui não, o que eu ganho durante o mês, eu ganho limpo. Eu trabalho pra mim.

Esses *outros* aos quais os trabalhadores fazem constante referência são, portanto, os proprietários locais que controlam o acesso à terra dentro de determinados padrões de utilização da força de trabalho que, a exemplo da parceria e suas derivações, são percebidas como extremamente desvantajosas e injustas. A ausência de direitos, somada à irregularidade do acesso a recursos monetários conformam a ideia corrente de que lá se trabalha para os *outros* e em São Paulo se trabalha naquilo que é seu.

Garcia Jr. (1988) e Scott (2009), quando da realização de estudos com camponeses migrantes no nordeste brasileiro, também apontam para conjuntos de representações dos trabalhadores que se expressam em pares de oposição,

normalmente referidos às relações de trabalho disponíveis em seus locais de origem e aquelas que logravam obter por meio das práticas migratórias.

Os termos ou categorias nativas utilizadas variam – “*sujeitos e libertos*”, no caso de Garcia Jr. (1988) ou a oposição entre o “*cativeiro e meio do mundo*” em Scott (2009) –, mas em ambos os casos tais categorias fazem referência a relações de trabalho de um passado escravista, em que se pratica o controle direto e externo do trabalho dos grupos domésticos. Nesse sentido, o trabalho nas *terras dos outros* guarda semelhança com a condição de “sujeição” ou de “cativeiro” e, desse modo, o trabalho em *São Paulo* não garante, mas representa em alguma medida o caminho da construção de certa autonomia desses grupos, ainda que pelos caminhos contraditórios da inserção em mercados de trabalho como os do agronegócio canavieiro.

Além disso, é importante sinalizar que os *outros* são também os próprios familiares ou parentes próximos, com os quais os trabalhadores coabitam, e com os quais mantinham relações cotidianas na lida da terra. Assim, quando alguns trabalhadores fazem alusão às *terras dos outros*, referem-se também a padrões hierárquicos presentes no universo das próprias relações familiares, em que aparecem, por exemplo, a figura do sogro e do pai, aqueles que têm preeminência no controle e nas decisões sobre a terra e sobre a casa.

Quando me casei eu fui morar mais a mulher nas terras do meu sogro, mas eu quis sair, não gostei de viver lá não. Morar nas terras dos outros e todo mundo junto assim dá problema, porque você quer mexer numa coisa o outro não quer. Melhor ter uma coisa que é sua (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, janeiro de 2015).



Morar mais meu pai eu não achei bom não. Nós era em nove irmão, era tudo unido, mas sei lá, é gente demais dentro de uma casa. Ele que controlava tudo, e não dava muita coisa pra gente. Eu falava sempre, quando eu completar 18 anos eu aqui não fico. Não sei como ele conseguiu ficar tanto tempo num lugar como aquele. O cara não querer sair pra lugar nenhum?! Então eu saí, construí uma coisa pra mim, e ele ficou lá nas terra dele (entrevista realizada no bairro Nova Santa Lúcia, março de 2015).

Nesse sentido, vale salientar que as relações de sujeição estabelecidas com os proprietários locais não carregam a mesma significação que aquelas que se mantêm com os parentes, como o pai ou o sogro. Assim, quando se trata de falar sobre a sujeição ao patrão, o que aparece como central é a questão do acesso a direitos, o contrato formal de trabalho e a estabilidade dos rendimentos. No tocante à relação com os pais ou sogros, o que está em jogo é uma dimensão simbólica associada à transformação daqueles que se casaram ou desejam se casar em “homens”, em chefes de família<sup>11</sup>, assim como a dimensão da autoridade paterna, das tensões e conflitos internos aos grupos familiares.

Parece ainda importante destacar que o “*meio do mundo*”, categoria nativa que indica a existência de membros da família que *saíram* e há anos estão fora sem dar notícias, só apareceu na fala do esposo de Maria, no momento do adoecimento de seus pais<sup>12</sup>. Na maioria dos casos, a expressão não é utilizada e isso pode indicar que, à parte uma desagregação inicial de seus grupos domésticos, os rearranjos familiares em torno de novos núcleos construídos nos processos migratórios tornam esse “*outro mundo*” menos áspero e desagregador.

<sup>11</sup> A respeito da “migração pré-matrimonial”, aquela realizada por aqueles que desejam se casar e construir um novo núcleo familiar, bem como a dimensão simbólica da qual está imbuída esse tipo de migração, a passagem à vida adulta, à condição de homem capaz de prover um novo núcleo familiar, conferir Garcia Jr. (1989) e Woortmann (1990b). Caberia aqui apontar que essa passagem simbólica no contexto deste trabalho é marcada pela construção de casas no município paulista, e não pela construção de casas no espaço da terra familiar.

<sup>12</sup> Conforme diz Scott (2002), a expressão é sempre usada com um ar de perda e de saudade por trabalhadores em todos os contextos locais, pois carrega o sentido de ser desarticuladora de estratégias familiares de sobrevivência.

## PARA CONCLUIR: BREVES CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste trabalho é apresentar como as práticas migratórias relacionam-se à construção de autonomia para os grupos que as empreendem, seja no plano de uma autonomia dos novos núcleos familiares, seja enquanto práticas que buscam reinserir os trabalhadores migrantes em mercados cujo padrão da utilização da força de trabalho lhes confira direitos.

A intenção não foi apontar para quadros gerais sobre a mobilidade de grupos camponeses, nem realizar afirmações que abarcassem os inúmeros trajetos e contextos de mobilidade, mas especificamente apresentar os sentidos de tais práticas migratórias relacionando-as às condições atuais de trabalho nos canaviais.

Pretendi demonstrar que o que se realiza a partir dessas práticas não é a reprodução de uma estratégia de vida camponesa, reforçando os grupos domésticos de origem, mas sim a constituição e a sustentação de novos núcleos familiares, materializados na construção de casas de moradia no município paulista de Santa Lúcia. Nesse contexto, foi possível perceber que os valores de autonomia projetados pelos grupos não se constroem estritamente em relação com a terra. E, com tal afirmação, não pretendo resgatar a antiga discussão que opunha proletarização e reprodução social do campesinato, mas pontuar que tais práticas adquirem significados singulares em contextos determinados. Dito de outro modo, a reprodução de uma condição camponesa ou mesmo as expectativas de um retorno são contextuais e relacionais, vinculando-se a momentos específicos das trajetórias de vida.

Perceber essas representações e vínculos com os locais de partida como relacionais torna-se importante à medida que desessencializa abordagens que tendem a interpretar os deslocamentos a partir de quadros muito rígidos,

sem considerar o valor da própria mobilidade em seu potencial transformador de relações sociais e culturais. Observa-se assim, como os processos migratórios reconfiguram e ampliam os espaços de vida desses grupos, reconstruindo laços de parentesco, de amizade, e de trabalho. Uma movimentação no espaço social que recria sentimentos de pertença, reorganiza formas de dominação e subordinação e desvela o entrelaçamento entre mobilidade e a construção de autonomia dos grupos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G.M.R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (Org.) *Migração Internacional*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp, 2013, p. 23-34.
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013, s/p.
- \_\_\_\_\_; MACIEL, L. (Org.) *Região Administrativa Central*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DURHAM, E. R. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. *Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas, n. 2, Nova Série, 1º semestre, p. 293-307, 2011.
- FONTES, P. Migração nordestina e experiências operárias. São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, C.H.M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. *Culturas de classe*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 363-402.

GARCIA JR., A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, p. 5-41, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UNB, 1989.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LANNA, M. P. D. *A dívida divina. Troca e patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LOBO, A. S. *Tão perto, tão longe. Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista Cabo Verde*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MACHADO, I. J. R. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. *Horizontes Antropológicos*, vol. 15, n. 31, Porto Alegre, p. 167-187, jan/jun 2009.

MACIEL, L. *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na migração para o Interior de São Paulo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MELLO, B. M. *Migração, Memória e Território: o trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

MENEZES, M. A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Volume 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 269-288.

\_\_\_\_\_; GODOI, E. P. (Org.) *Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho*. São Paulo: Annablume; Brasília, CNPQ, 2011.

\_\_\_\_\_. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A.M. da C.; BAENINGER, R. (Org.) *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 21-40.

NOGUEIRA, V. S. *Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas, 2010.

PAOLIELLO, R. M. *As tramas da herança: da reprodução camponesa às atualizações dos sentidos da transmissão da terra*. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Remanescentes de quilombos: redes sociais e processos políticos. *Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 127-159, jul./dez. 2007.

SCOTT, R. P. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Volume 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 245-268.

VETORASSI, A. *Espaços divididos e silenciados*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFSCAR, São Carlos, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2001.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*.

Brasília: Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990a, p. 11-73.

\_\_\_\_\_. Família, migração e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, p. 35-53, jan/jun, 1990b.

---

ROSEMEIRE SALATA – Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNESP – FCL/Ar. Mestra em Sociologia pela mesma instituição. <rosemeire.salata@gmail.com>.